

Reforma tributária passa na Câmara após 30 anos

PODER

Em votação histórica, Câmara aprova a reforma dos impostos, depois de o tema passar mais de três décadas em discussão. Ministro Fernando Haddad agradece ao Congresso e diz esperar a promulgação da PEC ainda neste ano

Enfim, um novo sistema tributário

ANDREA MALCHER, EDLA LULA, EVANDRO EBOLI

Com o plenário praticamente vazio, mas com 510 presenças marcadas — por meio da votação remota, já que boa parte dos deputados retornou aos respectivos estados —, a Câmara aprovou, com 365 votos favoráveis e 118 contrários, além de uma abstenção, a histórica reforma tributária, debatida por mais de 30 anos. Na primeira rodada de apreciação, o placar foi de 371 a 121, com três abstenções. A proposta de emenda à Constituição (PEC) já havia sido votada na Câmara e no Senado, onde a matéria passou por muitas mudanças. Para evitar que voltasse à apreciação dos senadores, o relator, deputado Agnaldo Ribeiro (PP-PB), fez alterações pontuais, suprimindo os temas mais polêmicos que não tiveram acordo. À expectativa do governo é que a promulgação ocorra ainda neste ano. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, elogiou o trabalho do Congresso e festejou o resultado. "Fico feliz que em um dia realmente importante para o Brasil, depois de muitos anos que se fala em reforma tributária, o Brasil amadureceu, sabe que precisava enfrentar essa agenda, que é a mais importante das reformas, porque ela organiza o sistema produtivo, coloca o Brasil em compasso com o que tem de mais moderno no mundo", enfatizou. "E eu penso que, pelo que ouvi dos senadores, o texto-base aprovado na Câmara será promulgado ainda este ano."

Haddad também mencionou a aprovação pela Câmara da Medida Provisória 1185, da subvenção do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), uma das apostas da equipe econômica para aumentar a arrecadação — o texto segue, agora, para o Senado (leia reportagem na página 3). "Sei que nossa jornada não termina com a 1185 e com a reforma tributária. Demos passos importantes neste ano, mas eu acredito que, pelos indicadores da economia, estamos terminando o ano com bons resultados". Fritou. Entre os temas suprimidos pelo relator na Câmara, está o item que criava a Cide-Manas, um dos itens mais controversos. Tentou-se de uma cobrança feita sobre produtos que tivessem industrialização centrada na Zona Franca de Manaus, mas que fossem produzidos em outros estados. Agnaldo Ribeiro optou o dispositivo,

Zeca Freixo/Câmara dos Deputados



Segundo Arthur Lira, semana que vem haverá sessão todos os dias

Principais pontos

Veja como ficará a cobrança conforme o texto aprovado

- 1. Simplificação de impostos. Cinco impostos — PIS, Cofins e IPI, que são federais; e ICMS e ISS, municipal e estadual, respectivamente — serão substituídos pelo imposto sobre Valor Agregado (IVA), que será dual, ou seja, dividido em duas partes: Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS); Federal e Serviços (IBS); estadual e municipal.
2. Cumulatividade. O regime passa a ser não cumulativo, com o fim da cobrança em cascata dos impostos.
3. Cobrança no destino. A tributação passa a ser feita no estado onde o produto foi comprado e não mais onde foi produzido.
4. Alíquotas. Padrão — valerá para os produtos de um modo geral. Reduzida — para alguns setores que foram excepcionalizados. Imposto Seletivo — cobrado acima da alíquota padrão em produtos que façam mal à saúde ou ao meio ambiente.
5. Isenções. Não incidirá tributação sobre alguns produtos, como os da cesta básica nacional, de medicamentos e de higiene.
6. Transição. A PEC prevê um prazo de transição que vai de 2026 a 2032.
7. Cashback. Pessoas de baixa renda poderão ter de volta o dinheiro pago no imposto em alguns produtos, como comida de água e luz e gás de cozinha.



Repercussão é positiva

ROSANA HESSEL

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) comemorou a aprovação da reforma tributária pela Câmara, ontem. O texto-base da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45/2019, sob a relatoria do deputado Agnaldo Ribeiro (PP-PB), sofreu alterações dos senadores e, depois de várias negociações, recebeu o aval dos deputados nas votações em dois turnos. Segundo a entidade, a reforma é uma "grande conquista" para o Brasil. O novo modelo de tributação sobre o consumo trará ganhos para todos os brasileiros, que, com mais crescimento econômico, terão mais empregos, mais renda e uma qualidade de vida melhor. Na avaliação do presidente da CNI, Ricardo Alban, Segundo ele, o sistema tributário aprovado pelo Congresso vai eliminar distorções que reduzem a competitividade da indústria, como o acúmulo de créditos tributários, a oneração dos investimentos e das exportações e os custos para calcular e pagar os tributos. "O Brasil vai crescer mais, com mais indústria. É uma excelente mudança, principalmente neste momento em que o país discute como promover a reindustrialização da economia brasileira", frisou Alban, em nota da entidade, referindo-se a uma das principais bandeiras do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a reindustrialização. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) também festejou a aprovação da PEC e classificou o dia de ontem como "histórico para o Brasil". "Essa reforma é fruto de um amplo debate e da construção de consensos. Parabéns ao Congresso Nacional e ao Poder Executivo pela união de esforços em prol do Brasil", destacou. "O país passará a ter um sistema tributário mais moderno, transparente e alinhado às melhores práticas internacionais, simplificando a vida de quem gera emprego e renda no Brasil". A entidade ressaltou que o texto aprovado trata o aumento da carga tributária e a previsão de revisão das exceções a cada cinco anos. "A aprovação da reforma é um marco e uma vitória de toda a sociedade brasileira", completou o documento.

O Brasil amadureceu, enfrentar essa agenda, que é a mais importante das reformas, porque ela organiza o sistema produtivo

Fernando Haddad, ministro da Fazenda

introduzido pelo relator no Senado, Edmario Braga (MDB-AM), mas retornou à proposta um texto com o mesmo teor, só que com cobrança do imposto sobre Produto Industrializado (IPI) — Zona Franca de Manaus. A diferença é que, com a Cide-Manas, os recursos recolhidos seriam destinados ao Fundo Amazônia. Outro trecho excluído foi a cesta básica estendida, que teria desconto de 60% sobre a alíquota padrão para produtos que não entrariam na lista da cesta básica nacional, com isenção total. Ainda não se sabe quais itens são esses, porque a PEC determina que sejam definidos por meio de lei complementar. O relatório do Senado determinou "que se considere a diversidade regional e cultural da alimentação do país e se garanta a alimentação saudável e nutricional adequada", acrescentando à cesta nacional, a Cesta Básica estendida, com alíquota reduzida em 60% e cashback obrigatório para a população de baixa renda. Do relator o tema, o argumento do relator foi de que "a PEC já garante o mesmo tratamento para alimentos e produtos de higiene a serem elencados na lei complementar, com possibilidade de cashback, não havendo sentido em obrigar o legislador complementar a decisões que seriam mais bem ponderadas de acordo com os recursos e limitações de cada época". Ribeiro também eliminou a possibilidade de redução em 100% da alíquota na aquisição de

medicamentos e dispositivos médicos por entidades de assistência social sem fins lucrativos, como previa o texto de Braga. O relatório alega o "fiscal control" e suprime também o benefício nas aquisições pela administração pública "por ser desnecessário, tendo em vista o regime diferenciado de compras governamentais".

Divergência

Braga sinalizou suas divergências as alterações feitas por Ribeiro, ontem, e afirmou que pode recorrer ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), no momento da promulgação para que o texto termine no mesmo na Casa. "A promulgação é sempre do presidente do Congresso. A avaliação de quem pode entender que há a necessidade, ou não, de o texto voltar ao Senado. Ele fará a avaliação final", argumentou.

A oposição tentou adiar a votação, bem como tentou aprovar 11 destaques no primeiro turno e outros dois no segundo, que, porém, não foram acatados. A bancada do PT, partido

do ex-presidente Luiz Bolsonaro, inclusive viu 16 de seus deputados votarem a favor da medida em primeiro turno, no segundo, foram 15, mesmo com a orientação contrária. Na primeira passagem da reforma tributária pelo plenário da Câmara, em julho, pelo menos 20 parlamentares da sigla também foram favoráveis, o que provocou desconfortos entre os correligionários.

O novo sistema tributário transforma cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) no imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual e o imposto sobre Bens e Serviços (IBS) vai substituir os tributos estadual e municipal e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) ficará em lugar dos tributos federais.

O texto estipula a alíquota padrão a ser paga na maioria dos produtos. Haverá uma alíquota reduzida, de 30%, 60% ou 70% para produtos ou serviços que foram excepcionalizados nos debates da Câmara. A FEC criou, ainda, o Imposto Seletivo (IS), para sobretaxar produtos que façam mal à saúde.

Pauta cheia para "terminar o ano bem"

ALINE BRITO, ANDREA MALCHER

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que a última semana antes do recesso parlamentar vai ter sessão no plenário da Casa todos os dias, com pauta cheia e projetos importantes para serem votados. De acordo com o deputado, "de segunda a sexta-feira" da semana que vem, vai ter sessão "para terminarmos o ano bem". Lira disse que, além do Orçamento, aprovada, ontem, na Câmara (leia reportagem na página 3). Entre os dias 19 e 22, devem

ocorrer mais uma ou duas sessões. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), anunciou, na quinta-feira, que os deputados e senadores se reunirão para analisar a LDO em alguns votos e projeto de leis que foram aditados na última sessão conjunta.

Segundo ele, os parlamentares estão se esforçando para "segurar a pauta" e "dar estabilidade jurídica" às matérias até o fim do ano. "Muita coisa avançou. Nós fizemos a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da Transição, fizemos regime fiscal, aprovamos a Reforma Tributária. Voltamos diversos projetos,

como o dos fundos exclusivos, das offshores, das apostas esportivas, e a regulação do mercado de carbono no Senado, (que hoje está na Câmara).

Pacheco destacou que "houve muita produtividade". "É o importante é que a gente chegue ao fim do ano com essa estabilidade, especialmente nesses projetos mais sensíveis, com a ordem jurídica estabelecida, com veto que tem que ser mantido seja mantido o que tiver de ser rejeitado seja rejeitado, a partir do que é mais sagrado na democracia, que é a voz do colegiado", acrescentou.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política Pagina: 2